

**LIBERDADE
RELIGIOSA**

I. Cristão e católico romano, fiel à minha Igreja, nada vi na China que repugnasse à fé que professo. Ao contrário disso, encontrei praticados por não cristãos muitos dos preceitos do Cristo. E aí está a razão por que compreendo a atitude de S. Exas. Revmas., os Bispos Católicos chineses que apoiam a República Popular da China, a despeito da onda que, no mundo livre, se levanta contra o regime dominante no país. Mas a essa propaganda interessada do capitalismo, que amplia os erros e deturpa ou silencia os acertos, prefiro o testemunho dos Bispos da minha Igreja que, a seu múnus sacerdotal, aliam o pleno e honesto conhecimento de causa. Para os católicos, mais vale a opinião de um Bispo católico que vive na China do que o parecer de agentes do capitalismo anticristão, que são estipendiados para difundirem informações suspeitíssimas.

É verdade que essa propaganda tem gerado incompreensões entre o Vaticano e alguns Bispos chineses. Delas me falou o Vigário-geral da Diocese de Tianjin (Tientsin), Pe. Ly-Te-Pei (Joseph), com quem me encontrei em Pequim (1959) e que estava acompanhado do Pe. Pan Shi-Hung (François) e do sr. Tsao-Tao-Sheng (Jacob), vice-presidente da Associação Patriótica dos Católicos Chineses. Citaram-me vários fatos que demonstram os efeitos das informações tendenciosas que de Formosa (Taiwan) são enviadas a Roma. Não os reproduzo aqui porque minha convicção é de que, cedo ou tarde, a Santa Sé os corrigirá, com a prudência e a sabedoria da Igreja. Prevalecerá a verdade, afinal. E é também o que esperam os católicos da China. Com esse objetivo é que dou o meu testemunho.

2. Há liberdade religiosa na China? – é a pergunta que me fazem depois das visitas que fiz àquele país. E foi também o que indaguei ao Padre Ignace Tseu quando o encontrei na Igreja de São José, em Xangai, em julho de 1957. Estávamos sozinhos porque eu dispensara o intérprete. Conversávamos em francês. Friso esta circunstância para que ninguém pense que o reverendo não me pudesse dizer exatamente o que pensava por receio de possível vigilância de terceiros. Ele sabia que eu era católico e ali fora para assistir à missa dominical. Convenci-o de que não desejava senão a verdade.

– A vida dos católicos na China sempre foi muito difícil, pois somos minoria demasiado pequena – disse o Pe. Ignace Tseu. – Numa população de cerca de 650 milhões de habitantes, somos apenas três milhões de católicos. Nossa

vida não pode comparar-se à dos católicos do Brasil, que constituem imensa maioria do povo de seu país. Sempre foi trabalhoso o nosso apostolado. Depois da Revolução de 1949, tivemos dificuldades bem grandes. Graças a Deus, elas foram superadas. Hoje, são boas nossas relações com as autoridades. E nosso trabalho continua. Há, em Xangai, cem padres católicos; e minha escola paroquial é frequentada por 150 alunos que aprendem o catecismo.

Tais informações me foram confirmadas, em Pequim, pelo Padre Paul François Li, vigário-geral da Arquidiocese. Conversamos também em francês. Vivem na capital sessenta padres, entre os quais dez lazaristas, distribuídos pelas 23 paróquias que atendem os vinte mil católicos de Pequim. Existem dois seminários: o seminário maior para filosofia e teologia, com 27 alunos; e o seminário menor, cuja frequência é de 36 estudantes. Funcionam escolas de catecismo durante todo o ano em cada paróquia. Na escola da Catedral há 150 alunos.

Disse-me ainda o Padre Li que, após a Libertação, elementos do Kuomintang (partido de Chiang Kai-shek) que sempre foram anticatólicos, para mostrarem lealdade ao novo regime, denunciaram os católicos ao governo como reacionários e direitistas – o que lhes acarretou dificuldades muito sérias. Mas, felizmente, tudo foi esclarecido; e agora a situação, apesar dos obstáculos com os quais sempre lutaram os católicos na China, está normalizada, e a Igreja prospera.

Quando eu estava em Pequim, ali se reuniu a Conferência dos Católicos da China. Tomaram parte, além de doze Bispos, muitos elementos do clero e do laicato, em número de 241. A Conferência foi presidida por S. Exa. Revma. Dom Paulus

Wang, de 77 anos de idade, Bispo de Nanchung desde 1930; e tratou das relações da Igreja com o governo chinês. Como já informei, existe naquele país o Conselho Político Consultivo, fundado antes da vitória da Revolução. Nele se representam, além dos partidos políticos, os sindicatos, associações culturais e também as igrejas, que discutem as providências que o governo pretende apresentar ao Parlamento. Os católicos começaram a participar do Conselho em 1956. E daí a Conferência dos Católicos que se realizou em 1957, com a presença do sr. Xi Zhongxun (Hsi Chung-hsun), secretário-geral do Conselho de Estado, que é o Governo Central, vale dizer o executivo do órgão supremo do poder do Estado e órgão administrativo supremo do Estado (art. 47 da Constituição). Esteve também presente à Conferência o sr. Ho Cheng-hsi, chefe do Departamento de Assuntos Religiosos. O comparecimento desses altos funcionários foi interpretado como um gesto de apreço do governo pelo movimento católico chinês.

3. O Bispo de Zhouzhi (Chou Chih), Dom Luiz Li, que participou do Conselho Consultivo em 1956 e que estava em Pequim quando, em 1957, se reuniu a Conferência Católica, publicou em julho desse ano na revista *China Reconstructs* um artigo ao qual já me referi, em que historia as incompreensões surgidas após a Revolução de 1949 e a volta à normalidade a partir de 1951, quando S. Exa. Revma. foi nomeado Bispo daquela Diocese pela Santa Sé.

Nesse artigo, Dom Luiz informa que “estamos levando uma vida religiosa normal, observando solenemente todas as

cerimônias do ano litúrgico. O povo vem à missa, à bênção e à confissão, como de uso. As crianças aprendem o catecismo; nos grandes dias de festa, as igrejas de nossa diocese estão sempre repletas. Batizamos 900 crianças, em média, por ano; e nossos sacerdotes vão levar a Extrema-Unção aos lares. Nestes seis anos, após minha elevação ao Bispado, já administrei o sacramento da Confirmação (crisma) a mais de 5 mil pessoas. Mais de 20 mil tomam parte na peregrinação anual ao Monte da Sagrada Cruz, na cidade de Mei”.

Dom Luiz acrescenta as seguintes informações:

“Várias aldeias, com população inteiramente católica, têm recebido menções de louvor nos relatórios das autoridades locais pela sua energia e pelo seu bom êxito no trabalho coletivo. Construímos três novas igrejas em minha Diocese e estamos reparando várias outras com os recursos dados pelos membros mais abastados de nossa Igreja. Em outros lugares – não em nossa Diocese – donativos governamentais têm sido feitos para esse fim. Sei, por exemplo, que quando um dos magníficos campanários da Catedral de Santo Inácio, em Xangai, foi danificado por um tufão em agosto de 1956, o Conselho Municipal de Xangai contribuiu para a sua restauração, de maneira que ela fosse completada antes do Natal.”

Dom Luiz Li, cuja família se converteu ao catolicismo há mais de três séculos, termina o seu artigo com estas palavras:

“A Igreja Católica tem cerca de três milhões de membros na China. Com exceção de poucos que colaboraram com os antigos opressores de nosso país e cometeram atos ilegais, todos eles acolheram bem a Libertação e todos se rejubilam com a crescente prosperidade de sua Pátria. É por seu desejo

que o clero dirigente e o laicato deram, recentemente, os primeiros passos para a formação da Associação Patriótica dos Católicos Chineses, organização de voluntários cujo objetivo é dar coerência ao apoio católico à construção do socialismo e criar um meio mais rápido para as consultas entre a Igreja e o governo. Não sentimos nenhuma contradição entre o amor ao nosso país e a nossa Igreja, cuja sede está em Roma. Amar nossa Pátria é amar a Deus e seguir o ensinamento do Santo Padre, o qual está de acordo com o espírito de nossa Fé e com o seu Fundador.”

4 Fiz tais citações do artigo de Dom Luiz Li porque desejei comprovar com a palavra episcopal, dita publicamente pela imprensa e pelo rádio, aquilo que ouvi do Pe. Ignace Tseu, em Xangai, e do Pe. Paul François Li, vigário-geral da Arquidiocese de Pequim. Poderia limitar-me a citar o art. 88 da Constituição, que assim está redigido: “Os cidadãos da República Popular da China gozam da liberdade religiosa”. Poderia apenas transcrever conceitos de Mao Tsé-tung em discurso já por mim comentado (Sobre o problema da justa solução das contradições que existem no seio do povo), em que ele declara:

“Somos partidários da liberdade realizada com a existência de uma direção e da democracia orientada pelo centralismo, mas isto não significa, de jeito nenhum, que os problemas ideológicos e os problemas do reconhecimento da verdade e da mentira no seio do povo possam resolver-se com métodos coercitivos. A intenção de resolver os problemas ideológicos e o problema da verdade e da mentira

por métodos administrativos e coercitivos é inútil e pernicioso. Não podemos empregar processos administrativos para liquidar a religião, nem podemos obrigar alguém a não crer.”

5. Poderíamos apenas citar os textos das leis e a opinião dos dirigentes da China, que são favoráveis à liberdade religiosa. Quisemos, porém, divulgar a verdade através do testemunho autorizado e das informações que colhemos pessoalmente. Bem sei que há opiniões contrárias respeitáveis e que já se chegou a afirmar que não se pode negar o gigantesco progresso material da China, mas que, por outro lado, aqueles visitantes do Ocidente que o louvam sem reserva são “ou infantilmente ingênuos ou culpadamente cínicos” (*either childishly naive or culpably cynical*). Mas o mesmo autor escreve, a respeito do regime chinês: “Sem querer levantar nenhuma dúvida sobre o que outros têm dito a respeito deste assunto, e falando apenas com a minha própria experiência, testemunhei somente uma política de disciplina e integridade” (*“Without wishing to cast any doubt on what others have said in this matter, and speaking only from my own experience, I witnessed only a policy of discipline and integrity”*).¹ Assim também, sem desejar contestar outros testemunhos, mas dizendo apenas o que observei, sem ingenuidade nem cinismo, mas com independência e sem paixão, é que passo a divulgar a opinião de líderes de outras religiões que se praticam na China. Sabe-se que lá existem cem milhões de budistas, dez milhões de maometanos, setecentos mil protestantes e vinte mil padres e freiras taoistas, além de três milhões de católicos romanos.

6. Muhammad Makien (Ma Chien), líder muçulmano, escreve:

“Os chineses crentes no Islã, cujo número é de cerca de dez milhões, estão finalmente livres de perseguição, discriminação e de qualquer indício de desigualdade. Sua carta de liberdade é o Programa Comum da República Popular da China. Uma vez que muitos chineses muçulmanos são também membros das minorias nacionais, para eles é muito importante que o Programa Comum não se limite à garantia de liberdade para todas as religiões, mas também assegure a qualquer nacionalidade o direito de desenvolver a sua língua ou o seu dialeto e preservar ou reformar as suas tradições, os seus costumes e crenças religiosas, de acordo com o desejo de seus membros.”²

Chao Pu-chu, membro da Associação Budista, sustenta que os seus correligionários desfrutam da mais plena liberdade de crença:

“Na China, a vida religiosa dos budistas dos três sistemas sofreu severamente durante os quarenta anos anteriores à Libertação. Guerras civis, intervenção estrangeira e governo corrupto interferiram na educação monástica e secular dos budistas. Eles também nos roubaram muitos tesouros de nossa arte religiosa... Hoje, os budistas chineses são protegidos pelo Governo Popular, não somente na prática de sua religião, mas também na preservação de seus templos históricos e obras de arte. Os monges e leigos budistas estão amparados pelo art. 88 da Constituição da República Popular da China, que trata da liberdade religiosa.”³

Num artigo sobre o desenvolvimento do cristianismo na China, o Rev. Ting Kuang-hsun, pastor protestante anglicano, informa:

“Conquanto eu não possa dizer que os serviços nas igrejas rurais estejam em ordem e bons, vi que as congregações eram grandes, o espírito era ardoroso, o cântico sentido, e o nosso clero, de modo geral, gozava uma alta estima em suas paróquias. É conhecido de todos como, no passado, a miséria levou homens e mulheres, em desespero, à oração. Agora, podemos ver que a espiritualidade não vem apenas da miséria. Ao contrário, o alívio do sofrimento conduz os homens e mulheres a agradecerem a luminosa presença de Deus.”

Eis aí os depoimentos. Quando me perguntam se há liberdades religiosas na China, costumo responder afirmativamente. E o faço à luz do que observei e do que li nos escritos de pessoas autorizadas. Ao mesmo tempo, verifiquei que é possível a realização do programa econômico do socialismo dentro do maior respeito à religião de todos. Não vejo, como já tenho sustentado⁵, nenhum antagonismo entre aquele programa e a minha fé religiosa. É também o que diz, com a sua experiência bem vivida, o Bispo católico Dom Luiz Li em seu artigo. Estou, portanto, em boa companhia.

7. E não é outra a atitude que se poderia esperar de homens como Mao Tsé-tung e os altos dirigentes da China. Quem está realizando a obra formidável de humanizar a economia de seu país não poderia rebaixar-se à prática

da opressão religiosa, que iria atirar contra si milhões de pessoas, de cujo apoio não pode prescindir para alcançar os êxitos que tem em mira.

Notas do autor:

1. Dom Eleutherius Winance, OSB – *The Communist Persuasion: A Personal Experience of Brainwashing* – New York, 1959, ed. P. J. Kenedy and Sons, pág. 197.
2. *China in Transition*, pág. 202, ed. de China Reconstructs, Pequim, 1957.
3. *Id.*, pág. 208.
4. *Id.*, pág. 213.
5. *Cristianismo Social*, ed. Organização Simões, Rio de Janeiro, 1957.

